



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24341/2024
Data do Início	04/11/2024
Folha	
Rubrica	

À Comissão de Licitação Permanente,

Assunto: Análise à Impugnação – Pregão Eletrônico 33/2024 – Rede Sol Fuel Distribuidora S/A.

Trata-se de impugnação do Edital referente ao Pregão Eletrônico de nº 33/2024, interposta pela licitante REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A, quanto aos seguintes tópicos:

1. Demonstração da licitante de possuir Engenheiro que se responsabilizará pela instalação dos Equipamentos de Abastecimento;
2. Exigência das licitantes quanto à instalação de tanques novos;
3. Questionamento quanto ao prazo de 60 dias para instalação dos tanques;
4. Exigência de Laudos de Estanqueidade e de Arqueação, acompanhados de ART's para os tanques;
5. Atestado de capacidade técnica referente à instalação dos tanques;
6. Exigir das licitantes balanços e índices contábeis que atestem a saúde financeira das empresas.

Quanto ao tópico 1, a supracitada empresa alega que o Edital deveria exigir que os licitantes comprovem possuir em seu quadro técnico engenheiro que se responsabilizará pela instalação dos equipamentos de abastecimentos.

Inicialmente cabe destacar que a exigência de engenheiro no quadro funcional da empresa não se apresenta medida razoável como qualificação técnica para o objeto desta licitação, senão vejamos.

A qualificação técnico-operacional e técnico-profissional, na forma do Art. 67 da Lei 14.133/2021, envolve a comprovação de que o licitante já executou, de modo satisfatório, atividades similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação.

Com isso, no que toca à qualificação técnico-profissional, o Inciso I do Art. 67 aponta a necessidade de apresentação de profissional detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra, o que não se coaduna com o serviço objeto desta licitação.

Por sua vez, conforme análise do Estudo Técnico Preliminar, melhor se coaduna com a necessidade desta licitação o atestado técnico-operacional para o fornecimento de bens com



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24341/2024
Data do Início	04/11/2024
Folha	
Rubrica	

características semelhantes ao objeto a ser contratado e a necessidade de registro da empresa licitante na ANP.

Ademais, os §§ 1º e 2º do mencionado dispositivo legal apontam “*que será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas*” de “*maior relevância*”, assim entendida como “*as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação*”. No caso em tela, tal parcela se refere ao fornecimento de combustível, sendo o comodato de equipamentos não oneroso e de menor relevância.

Portanto, não é possível a exigência de qualificação técnico-profissional da parcela de menor relevância, eis que fere a competitividade do certame. Neste sentido está a jurisprudência do TCU, abaixo colacionada:

“Restringe a competitividade do certame a exigência de atestados de capacidade relativos a parcelas de menor importância do objeto da licitação, sobretudo àquelas que tenham previsão de subcontratação no edital.” (Acórdão 6219/2016-Segunda Câmara, Relator Ana Arraes)

Dessa forma, em que pese o alegado pela empresa reclamante, a indicação de engenheiro é necessária para a execução contratual e não para a demonstração da capacidade técnico-operacional da empresa licitante. Portanto, descabe à Administração Pública exigir que as licitantes, ainda na fase anterior à execução do serviço, indiquem o profissional responsável pela instalação de equipamentos em comodato, tendo em vista que as empresas nessa fase se encontram apenas na posição de licitante, sem qualquer confirmação de possível contratação.

O mesmo se diga quanto ao tópico 5, em que se questiona a necessidade de atestado de capacidade técnica para a instalação de tanques. Mais uma vez cabe frisar que o comodato e instalação de equipamentos é parcela de menor relevância da licitação, não sendo razoável e proporcional a sua exigência.

Aponte-se que compete à Administração Pública definir a qualificação técnica de forma razoável e no que seja indispensável a garantia do cumprimento das obrigações, de forma crível e compatível com o objeto da licitação. Ao mesmo tempo, tal exigência não deve ser excessiva para que não haja uma restrição na competitividade do certame. Desta forma, o procedimento licitatório deve ser o mais abrangente possível, possibilitando o maior número possível de concorrentes, a fim de possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa.

Portanto, entende-se que as exigências previstas no edital devem se restringir a comprovações mínimas de que o interessado tem condições de ofertar o bem ou serviço, sem trazer exigências desarrazoadas que frustrem a participação do maior número de interessados possíveis. No caso em tela, os atestados de qualificação técnica solicitados são suficientes e razoáveis ante à parcela de maior relevância do certame.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24341/2024
Data do Início	04/11/2024
Folha	
Rubrica	

Outrossim, consta no Edital e seus anexos que a instalação dos tanques, bombas e demais equipamentos correlacionados deve seguir as normas técnicas da NBR 7505-1 e estarem de acordo com as normas técnicas da ABNT de segurança, o que, no entender desta Administração, são suficientes para a exigir da contratada o cumprimento das normas aplicáveis à instalação dos tanques, inclusive quanto à presença de um engenheiro responsável pelo serviço.

Logo, na medida em que as exigências ambientais e técnicas para a instalação de equipamentos e a própria especificação dos tanques se encontram em normas técnicas, torna-se desnecessária a sua reprodução do Edital e no Termo de Referência, eis que são de responsabilidade da contratada.

A referida empresa também alega que deveriam ser exigidos a instalação de tanques novos com nota fiscal, a apresentação de Laudos de Estanqueidade e de Arqueação (tópicos 2 e 4).

Nesse sentido, entende-se que estando os tanques em conformidade com as normas técnicas da NBR 7505-1 e com as normas técnicas de segurança da ABNT, não há razoabilidade para que se exija que sejam novos. Quanto ao tema, o Estudo Técnico Preliminar aponta a necessidade de cumprimento das normas de sustentabilidade ambiental e analisa a questão quanto aos equipamentos necessários. Portanto, o planejamento da licitação foi realizado a contento.

No que se refere ao prazo de 60 dias estabelecidos no Edital para a instalação dos tanques em comodato (tópico 3), a empresa reclamante alega que o mesmo é muito longo e poderia prejudicar a atual prestadora do serviço, caso a mesma não se logre vencedora do certame, pois a mesma teria que permitir que outra fornecedora utilize seus ativos por este período. Para tanto, aponta que o prazo deveria ser de apenas 15 dias.

Tal tema reflete a governança da Administração Pública quanto à gestão de seus contratos, sendo certo que a razoabilidade dos prazos foi objeto de análise da equipe técnica desta Secretaria. De plano, cabe esclarecer que a gestão do contrato atual e do novo contrato será realizada por tal equipe de forma a manter a continuidade do serviço e a respeitar o direito de propriedade do atual contratado. Assim, o prazo definido em Edital se refere somente à instalação de tanques por parte da empresa que venha a ser contratada. Por sua vez, a retirada dos equipamentos provenientes do contrato em vigência e seu respectivo prazo é de matéria da gestão do contrato atual. Portanto, a Administração Pública entende que o prazo definido em Edital é razoável.

Além disso, entende-se que se deve conceder um prazo razoável para que a contratada realize as medidas necessárias para a aquisição e instalação de tanques e equipamentos, de forma a observar as ações de proteção ambiental exigidas pela lei e pelo Edital e a continuidade do serviço dentro da realidade das demandas e condições técnicas do Posto de Abastecimento do Município de Maricá, segundo o analisado na fase de planejamento desta licitação.

Consequentemente, 15 dias podem ser suficiente para uma empresa que é contratada pela Prefeitura continuar um serviço prestado, mas pode não ser suficiente para uma nova empresa nova realizar as adaptações no Posto de Abastecimento. Com isso, a diminuição do prazo tende a ferir a



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24341/2024
Data do Início	04/11/2024
Folha	
Rubrica	

competitividade.

Por fim, no que concerne à exigência de balanços e índices contábeis que atestem a saúde financeira das empresas (tópico 6), a Coordenadoria de Licitação manifestou-se às fls. 40 que as mesmas já se encontram dispostas no item 13, letra B do Edital, “HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA”.

Dessa forma, indefiro os pedidos da Impugnação em sua totalidade.

Maricá, 06 de novembro de 2024.

Marcos Assumpção Andrade
Subsecretário de Compras
Matrícula 7449